



EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA: ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Universidade Federal Fluminense
20 a 24 de Outubro de 2019
Niterói - RJ

ISSN 2447-2808

5001 - Pôster - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT11 - Política de Educação Superior

O DESEMPENHO DOS INSTITUTOS FEDERAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR
Fabíola Leonor de Paula Ramos - UFRRJ - PPGEDUC - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

O DESEMPENHO DOS INSTITUTOS FEDERAIS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Resumo: O trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa em andamento cujo objetivo é analisar o desempenho dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) na Educação Superior. Trata-se de uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo que se insere na categoria de pesquisa documental. Os IFs são a mais nova engenharia institucional de educação profissional e tecnológica do país, criados pelo Governo Lula no bojo do processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Tendo como base os dados levantados a partir da Sinopse Estatística da Educação Superior do período de 2009 a 2016, compusemos um panorama do desempenho dos IFs na oferta da Educação Superior. A partir deste panorama, percebemos que os IFs cumprem um papel importante no processo de valorização do capital a medida que contribuem não só para a formação de quadros técnicos qualificados para a indústria, mas também para a conformação ética e moral de uma parcela da classe trabalhadora para encarar com naturalidade o desemprego e a precariedade do trabalho e da vida social.

Palavras chaves: Institutos Federais; Educação Superior; Reformas educacionais

INTRODUÇÃO:

Neste trabalho apresentamos os resultados parciais de uma pesquisa em andamento cujo objetivo é o de analisar o desempenho dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no cumprimento de seu papel de ofertante da Educação Superior. Trata-se de uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo que se insere na categoria de pesquisa documental, que se utiliza de fontes bibliográficas na área de trabalho e educação, dispositivos legais e documentos institucionais. Os dados levantados nesse estudo foram extraídos da Sinopse Estatística da Educação Superior referentes ao período de 2009 a 2016.

Os IFs são o mais novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica sendo considerados uma das medidas do Governo Lula para a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (daqui para frente denominada Rede Federal). Esse movimento resultou na formação de 38 IFs que passaram a integrar a Rede Federal, juntamente com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e o de Minas Gerais (CEFET MG) e o Colégio Pedro II. Foram estruturados a partir da reinstitucionalização de antigas escolas técnicas e agrotécnicas federais, CEFETs e escolas vinculadas às universidades federais. Eles devem ofertar Educação Profissional em todos os níveis e modalidades, desde a Educação Básica até a Educação Superior.

Sendo assim, a realidade multifacetada dos IFs no que tange a sua constituição e o seu vasto cardápio de oferta educativa encaminham o problema que pretendemos investigar nessa pesquisa: entender de que forma os IFs estão desempenhando as suas atribuições em relação a oferta do Ensino Superior. Os IFs estão correspondendo à proposição disposta em sua Lei de criação, qual seja: a de oferecer pelo menos 20% de cursos de licenciatura, mais cursos de bacharelados, cursos superiores de tecnologia e formação técnica de nível médio?

Os dados apresentados nesse estudo assim como, as análises e constatações deles emanadas representam um panorama do desempenho dos IFs na oferta da Educação Superior.

O ENSINO SUPERIOR NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Como nos esclarece Savianni (2002), não é possível compreender a história da sociedade nem a história da educação contemporânea, sem compreender os movimentos do capital. O capital vive uma crise estrutural e esta desencadeia um processo de recomposição burguesa para implantar novas bases de acumulação e de mediação de conflito de classe. A crise experimentada pelo capital, bem como suas repostas, se materializa na adoção da agenda neoliberal e na reestruturação produtiva, o que tem acarretado, entre tantas consequências ruins, profundas mutações no interior do mundo do trabalho (ANTUNES, 2009).

As reformas educacionais propostas desde então visam à formação e à conformação da classe trabalhadora para atender, em condições renovadas, à dinâmica atual da exploração capitalista para a produção e reprodução do capital. A Educação Superior, em especial, torna-se requisito indispensável ao desenvolvimento econômico no país (MAUÉS, 2010). Neste aspecto, foram empreendidos grandes esforços para a ampliação, expansão, diversificação e flexibilização desse nível de ensino. Já encontramos estudos comparativos entre os dados do Censo Nacional da Educação Superior que nos revelam a ocorrência de aumento considerável no número de matrículas na educação superior, que passou de 1.759.703, em 1995, para 8.052.254, em 2016. É importante considerar que 87,7% das instituições de Educação Superior são privadas. O Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Investimento do Ensino Superior (FIES) favoreceram alto investimento de dinheiro público nas IES privadas e, conseqüentemente, um elevado número de matrículas, o que faz do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) uma iniciativa tímida.

No entanto, os IFs podem e devem ser considerados uma estratégia para a diversificação do Ensino Superior, assim como recomendado pelos organismos internacionais. Na realidade, fazem parte do conjunto de ações desencadeadas para a flexibilização de espaços, tempos e recursos para a ampliação e oferta do Ensino Superior.

Para expor o significado da presença dos IFs no cenário de oferta da Educação Superior, tomaremos como referência a Tabela 01, que foi construída por Souza e Otranto (2019). Consideremos necessário esclarecer que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), ao apresentar os dados estatísticos referentes à Educação Superior, conjuga os dados dos IFs com os dos CEFETs, reconhecendo seu trabalho nesse nível de ensino.

TABELA 01: Nº de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica, segundo a Categoria Administrativa, Brasil - 2017.

Categoria Administrativa	Organizações Acadêmicas				
	Total Geral	Universidades	Centros Universitários	Faculdades	IF e CEFET
Brasil	2.448	199	189	2.020	40
Pública	296	106	8	142	40
Federal	109	63	-	6	40
Estadual	124	39	1	84	-
Municipal	63	4	7	52	Ns
Privada	2.152	93	181	1.878	-

Fonte: (extraída de Souza; Otranto (2019)).

Assim como os autores constataram, notamos uma atuação bem modesta dos IFs e CEFETs na oferta da Educação Superior em relação a oferta pelas redes privadas de ensino. Há que considerar que esse cenário representa as opções políticas e econômicas assumidas pelos governos de FHC (1995- 2002), Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014). A implantação e o desenvolvimento do projeto neoliberal no Brasil, a partir dos anos 90, consolidou um intenso processo de privatização do ensino público, incluindo a educação e, especialmente a Educação Superior. Para Souza (2018) o governo Lula da Silva além de consolidar as propostas do governo de FHC para atender as demandas empresariais foi capaz de aperfeiçoar a ofensiva do Estado sobre a política educacional com uma séria de medidas, dentre elas a instituição da Rede Federal e a criação dos IFs. Com isso, verificamos a presença dos IFs em todos os estados da federação. A tabela 02 mostra a distribuição quantitativa dos IFs por região.

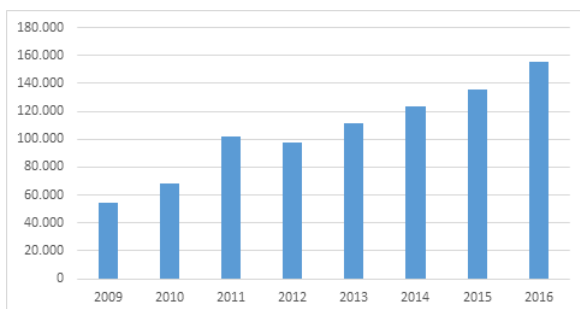
TABELA 02: Nº de Institutos Federais por região brasileira

Região	Número de Institutos Federais
Centro oeste	5
Nordeste	11
Norte	7
Sudeste	9
Sul	6
Brasil	38

Fonte: Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008). Elaboração própria

Assim, mesmo com a presença dos IFs em todas as regiões do país, ressaltamos que sua atuação na oferta da Educação Superior é um tanto tímida e, segundo dados do Censo Nacional da Educação Superior representam 13,5% das IES do país. No entanto, o número de matrículas nos cursos de graduação presenciais vem apresentando crescimento contínuo a cada ano, conforme apresentado no gráfico 01. Nossa análise partirá do ano de 2009, ano de implementação dos IFs até o ano de 2016, último ano do governo Dilma Rousseff.

GRÁFICO 01: Nº de Matrícula nos cursos de graduação presenciais nos IFs, de 2009 a 2016.



Fonte: INEP (2009-2016), elaboração própria

Verifica-se aumento significativo no número de matrículas nos cursos de graduação presenciais nos IFs e nesse intervalo de oito anos ele quase triplicou. Constatamos também que ocorreu aumento na oferta dos cursos de graduação presenciais: de 485 cursos ofertados em 2009, para 1310 em 2016. Tal fato trouxe consequências para o número de vagas ofertadas, que cresceu cerca de 40%.

Outro dado que consideramos relevante destacar é em relação à procura dos jovens pelo ingresso na Educação Superior por meio dos IFs. Neste caso, também ocorreu um considerável crescimento, conforme é possível observar no Gráfico 02.

GRÁFICO 02: Nº de inscritos na seleção para os cursos de graduação presencial ofertados pelos Institutos Federais



Fonte: INEP (2009-2016), elaboração própria

Esse dado evidencia que apesar do aumento do número de vagas já constatado, os IFs atendem de forma irrisória sua demanda, haja visto que no ano de 2016 para um quantitativo de 1.186.853 candidatos inscritos no processo seletivo, 57.196 vagas foram oferecidas e 53.757 jovens ingressaram no Ensino Superior por meio dos IFs. No último ano analisado nessa pesquisa, os IFs atenderam cerca de 5% de sua demanda. Tal constatação nos leva a confrontar os discursos que giram em torno de que a criação dos IFs modificaria o panorama da oferta da Educação Superior no Brasil.

Na realidade, mesmo que caminhando para seu crescimento, o que é verificado pelo aumento de vagas e matrículas, os IFs estão garantindo o acesso à Educação Superior à um contingente pequeno da classe trabalhadora. Para atender às demandas de produtividade e competitividade das empresas, oferece a esse grupo uma formação do tipo pragmática, imediatista e interessada. Mais adiante, quando analisarmos com mais profundidade os tipos de cursos oferecidos teremos clareza da afirmativa de Souza (2018) de que os IFs, de fato, têm sido acionados pelo governo federal para serem centros de referência de formação do trabalhador de novo tipo no país.

Portanto, nessa onda de crescimento, os IFs vão conformando um contingente cada vez maior de trabalhadores a encarar com naturalidade as mazelas do mundo do trabalho, sob a justificativa de que a razão do desemprego é a carência de qualificação profissional (SOUZA, 2018). Com isso, consegue transpor para o indivíduo a responsabilidade da sua inserção no mercado de trabalho e, assim, mascara o fato de que mesmo que todos pudessem adquirir todas as novas qualificações exigidas, o mercado de trabalho é incapaz de absorver a todos.

Esperamos ao final dessa pesquisa evidenciar para quem o desempenho dos IFs na oferta da Educação Superior está sendo satisfatório. Tudo nos indica que está sendo para o capital.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, Ricardo L.C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BRASIL, **Lei nº11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2 de dezembro de 2008. DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>, acesso em 10/03/2018.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Estatísticas Educacionais. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação**. Brasília (DF): INEP, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>, acesso em 18/03/2019.

SAVIANI, D. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: LOMBARDI, J.C. *et al* (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3ª ed. Campinas, São Paulo; Autores Associados, HISTEDBR, 2002. P.13-24.

SOUZA, José dos Santos. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: a materialidade do conflito entre capital e trabalho na concepção e na política de formação humana. In: SOUZA, José Vieira de; BOTELHO, Arlete de Freitas; GRIBOSKI, Claudia Maffini. (Org.). **Organização institucional e acadêmica: na expansão da educação superior**. 1ed. Anápolis (GO): EdUEG, 2018, v. 1, P. 135-150.

_____, José dos Santos; OTRANTO, Célia. **O papel dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na divisão do trabalho da Educação Superior no Brasil**. Maringá (PR): EdUEM, 2019 [No prelo].